

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA	31

PRIMEIRA PARTE

O CONTEXTO DA TOMADA DE DECISÕES SOBRE A PROVA NO PROCESSO JUDICIAL

1.

INTRODUÇÃO	39
-------------------------	-----------

2.

NOTAS DEFINITÓRIAS DO CONTEXTO DA PROVA JURÍDICA	49
2.1. O objetivo institucional é a busca da verdade	50
2.2. Determina-se (normalmente) a ocorrência de fatos passados.....	53

2.3. O direito prevê um bom número de regras jurídicas sobre a prova	58
2.4. A tomada de decisões sobre a prova no processo submete-se a estritas limitações temporais	60
2.5. As partes intervêm no processo	62
2.6. A justificação da decisão tomada relaciona-se a um conjunto determinado de elementos de juízo	65
2.7. A decisão tomada será dotada de autoridade	65

3.

RECAPITULAÇÃO: TRÊS MOMENTOS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA NO DIREITO

67

3.1. A formação do conjunto de elementos de juízo ou provas.....	68
3.2. A valoração dos elementos de juízo ou provas.....	73
3.3. A tomada da decisão sobre os fatos provados	76

4.

UMA ANALOGIA ESTIMULANTE: A TOMADA DE DECISÕES CLÍNICAS.....

79

5.

O DIREITO À PROVA COMO EXIGÊNCIA JURÍDICA DE RACIONALIDADE

85

5.1. Os elementos que integram o direito à prova.....	88
---	----

SEGUNDA PARTE

ELEMENTOS PARA UMA DECISÃO RACIONAL SOBRE A PROVA

1.

INTRODUÇÃO	97
-------------------------	-----------

2.

NOVAMENTE SOBRE OS MOMENTOS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA NO PROCESSO	105
2.1. O momento da formação do conjunto dos elementos de juízo.....	107
2.1.1. A relevância	107
2.1.2. A admissibilidade.....	119
2.1.3. Os controles procedimentais sobre a produção da prova que incidem na riqueza do conjunto de elementos de juízo	132
2.2. O momento da valoração da prova.....	139
2.2.1. Conceitos de probabilidade	142
2.2.2. O raciocínio probatório no momento da valoração da prova	146
2.2.2.1. A probabilidade estatística da hipótese como modelo de raciocínio probatório	148
2.2.2.2. A probabilidade subjetiva como modelo de raciocínio probatório	162
2.2.2.3. A probabilidade lógica ou indutiva da hipótese como modelo de raciocínio probatório.....	178
2.2.2.3.1. A metodologia da corroboração de hipóteses.....	186

2.3. O momento da decisão sobre os fatos provados	205
2.3.1. <i>Um standard</i> de prova para o processo penal.....	212

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225
---	------------

**APÊNDICE: PROLEGÔMENOS PARA UMA
TEORIA SOBRE OS *STANDARDS* PROBATÓRIOS.
O *TEST CASE* DA RESPONSABILIDADE DO
ESTADO POR PRISÃO PREVENTIVA ERRÔNEA.....**

1. Introdução.....	247
2. Como se pode formular um <i>standard</i> probatório?	253
2.1. Requisitos metodológicos para formular um <i>standard</i> probatório	256
2.2. A fundamentação do nível de exigência proba- tória dos <i>standards</i> probatórios.....	259
2.3. Alguns exemplos de <i>standards</i> probatórios	276
3. <i>Standards</i> de prova e tipos de erros judiciais sobre a prova	283
4. Presunção de inocência e prisão preventiva: a responsabilidade do Estado por prisão preventiva "indevida"	287
4.1. A doutrina original do Supremo Tribunal Es- panhol.....	289
4.2. A jurisprudência do TEDH	294